

de exercer, de modo eficiente e com plena consciência de suas imensas responsabilidades, essa grave função de dirigir. E, realmente, a administrative class constitue uma verdadeira pepi-neira de homens de govêrno, dentre os quais têm

surgido alguns dos estadistas do mais puro qui-late, aos quais a Inglaterra contemporânea deve, em grande parte, o bom êxito com que vem en-frentando os formidáveis problemas da presente hora histórica.

FUNÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

Entre as possíveis críticas à criação do Instituto Nacional do Livro, ha uma que, pela facilidade com que ocorre ao raciocínio dos interessados e, pois, pelo seu curso rápido, merece referência especial. Estamos falando da objeção, em geral partida dos meios intelectuais do país, segundo a qual o Instituto, antes de proteger o livro, deveria proteger o autor.

Si, de uma parte, é verdade que a proteção inicial do escritor equivale à valorização do livro, não é menos exato, entretanto, que o racional, o lógico e o mais prático será começar pelo livro. Isso porque êsse comêço é, antes de mais nada, um auxílio imprescindível à cultura nacional e uma preparação da receptividade popular para o que for aparecendo impresso, sob a forma de livro. Si o autor luta com dificuldades materiais de toda ordem, si a sua situação econômica não lhe permite a empreitada de grandes obras ou de estudos de pesquisas demoradas, isto acontece mais pela falta de prestígio do livro entre nós do que pela ausência de procura dêsse elemento de difusão cultural.

Num país onde o índice de analfabetos é uma dolorosa realidade, a opinião que vimos comentando falece por si mesma. A verdade é que o índice da capacidade de leitura popular ainda não atingiu o climax que só uma publicidade bem feita do livro poderá determinar, criando a *necessidade* do livro e incrementando a sua procura. Como a capacidade aquisitiva do brasileiro é pequeníssima, não se pode dizer que, dentro em breve, o Instituto Nacional do Livro possa apresentar um documento que ateste o cumprimento dos fins para que foi destinado. Sua função é altamente útil, sua ação rápida, mas as suas responsabilidades são enormes. Vários fatores terão que colaborar

com as suas iniciativas; de várias circunstâncias dependerá, necessariamente, o seu sucesso.

O exemplo estrangeiro

Dirão que, no exterior, notadamente na Inglaterra, França e Estados Unidos, a simples publicação de um livro, mesmo de um mau livro, é capaz de determinar a independência econômica de um autor. Explica-se o fenômeno, é evidente, pelo potencial de leitores que possuem êsses países. Em geral, as edições inglesas, francesas ou americanas são superiores a 30.000 exemplares, ao passo que as edições dos livros nacionais raramente atingem a 3.000 unidades, como ninguém ignora. E, como a distribuição é quasi sempre precária, pela dificuldade de transporte e pela ausência de interesse pelo livro, por parte do público, êsses 3.000 exemplares, assim mesmo, reduzem-se, no fim de algum tempo, a mil e poucos, em virtude dos "encalhes", das devoluções e dos volumes distribuídos, gratuitamente, em troca de comentários nos jornais e revistas. No caso, autor e editor se prejudicam, prejudicando o livro. Os direitos autorais são diminuídos, bem como o lucro do editor, que, daí por diante, se reservará, evitando o empate de capital nas edições futuras. Dêsse modo, o lançamento de um livro, qualquer livro, entre nós, é sempre uma aventura. Para o editor, para o autor e, em última análise, para as letras nacionais.

E o exemplo estrangeiro? perguntam. O exemplo estrangeiro é um consôlo para nós. Lá, apesar das condições excelentes do preço do papel, a mão de obra é caríssima. Prova-o, antes de mais nada, o fato de um livro de 300 páginas, impresso em papel comum (isto é, de pêsô igual ao papel

em que imprimimos os nossos livros), formato 16, por exemplo, ser vendido na França a 18 francos, o que corresponde, para a capacidade aquisitiva do francês medio, a 8\$000 brasileiros, preço normal das nossas edições de formato e número de páginas semelhantes. A diferença, na hipótese, reside, ou muito nos enganamos, na formidável publicidade de que os editores estrangeiros fazem de todas as obras lançadas.

Um endosso às nossas afirmativas é constituído pelo sucesso alcançado, ainda recentemente, com o livro do Sr. Erico Verissimo ("Olhai os lírios do campo", edição da Liv. do Globo, Porto Alegre) que, em menos de um mês, consegui, nada mais, nada menos, que três edições de 3000 milheiros. Esse livro foi, entretanto, lançado de modo absolutamente inédito entre nós. Cartazes murais, rádio, jornais e revistas constituíram os veículos da campanha publicitária feita em tórno do volume. As revistas afirmavam, no *slogan* que ilustrava a reprodução da capa e o retrato do autor: "êste é um livro que v. lerá duas vezes".

Função publicitária

Pelos próprios termos do dec. lei 93, pela leitura atenta e interpretativa de seus artigos e parágrafos, verificamos a subtileza da intenção do legislador, que se resume, em última análise, nisto: o Instituto Nacional do Livro não é, nada mais, nada menos, do que uma espécie de agência publicitária do livro nacional. E, como agência publicitária, um órgão técnico, cuja responsabilidade maior reside no fato de criar mercados novos para o livro, criando a sua necessidade, fim único e exclusivo de toda reclame, segundo a psicologia respectiva que os pragmatistas, de James a Claparède, acentuaram tão bem, quando fizeram poderosos estudos a respeito. Todo o decreto-lei citado é um programa de uma imensa campanha de propaganda. E não é outra a função do Instituto Nacional do Livro.

Planos

As atribuições do Instituto, estabelecidas no artigo 2.º do decreto-lei que o criou, constituem, por si, os seus planos. Uma delas, entretanto, embora seriada em penúltimo lugar, nos parece a mais expressiva de todas, segundo a qual o Instituto deverá se orientar, desde já.

Referimo-nos à *promoção de medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país*. Essas medidas, que deverão se dirigir no sentido da obtenção de mercados novos para o livro, poderão ser divididas em duas ordens:

- a) diretas
- b) indiretas.

Nas medidas *diretas*, competirá ao Instituto manter entendimentos constantes com autores e editores na elucidação dos complexos problemas de interesse recíproco.

Faz parte das cogitações do Instituto, nesse sentido, e ao que soubemos, a realização de uma grande Convenção Nacional de Autores e Editores, na qual serão apresentadas diversas teses, que o Instituto fará imprimir, para maior divulgação dos assuntos nelas tratados.

Nas medidas *indiretas*, fará o Instituto promover, além de sua campanha sistemática de publicidade, puramente oficial, de acordo com órgãos afins, federais, estaduais e municipais, a realização de certames (exposições, "semanas" dos livros etc., feiras de autógrafos, etc.) populares, por meio de organizações particulares e sob o seu patrocínio direto.

Bibliotecas populares

A criação de bibliotecas populares é, desde agora, uma preocupação de primeira plana do Instituto. Preparando, cuidadosamente, o seu lastro de livros, para a inauguração dessas bibliotecas, a direção do estabelecimento cogita, igualmente, da preparação de um grande inquérito, capaz de facilitar a escolha dos livros que deverão constituir, inicialmente, as coleções de obras a serem oferecidas aos leitores populares. Posteriormente, então, com os próprios dados que os pedidos, devidamente registrados em fichas, fornecerem, as bibliotecas serão corrigidas, paulatinamente.

Esse processo, adotado com extraordinário sucesso pelas bibliotecas populares paulistas, subordinadas ao Departamento Municipal de Cultura, de S. Paulo, tem dado os mais lisongeiros resultados, conforme se constata de suas publicações oficiais.

Ainda nessa mesma ordem de idéias, pensa o Instituto em promover, tão cedo quanto possível, uma Convenção de Bibliotecários Nacionais, afim

de discutir o assunto, de um modo geral, e com a possibilidade de, a propósito, traçar uma diretriz segura e total das necessidades das bibliotecas populares em todo o país.

Reedições

"*Editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse pela cultura popular*" é outro grande e benemérito trabalho do Instituto.

Sem que o legislador conceituasse, numa distinção que se faz precisa, como se percebe, as *obras raras* e as *obras preciosas*, uma vez que obras raras poderão interessar a uma elite e obras preciosas poderão não oferecer à cultura nacional o interesse que se pretende, a direção do Instituto cogita do assunto com particular carinho, e já neste momento, distribue, por todas as organizações intelectuais do país, não só vários volumes editados, antes de sua criação, pelo Ministério da Educação e Saúde, ao qual se subordina diretamente, como o esplêndido volume — "Relação bibliográfica de linguística americana" — preparado, em 937, pelo Instituto Cayrú, hoje Instituto Nacional do Livro, *ex-vi* do dec. lei 93, de 21 de dezembro do mesmo ano.

Essas reedições, que, pela sua própria natureza, poderão e deverão, mesmo, constituir, uma autêntica história do pensamento brasileiro (história subterrânea, vamos dizer) ocupam um lugar de destaque no esquema das realizações futuras do Instituto, que, para tanto, se prepara vivamente, recolhendo o material necessário, selecionando os autores a reeditar, escolhendo o formato do volume que, pelo seu preço, se torne mais acessível à aquisição popular.

Direitos autorais

A questão dos direitos autorais, por exemplo, só agora passou, de fato, a ser agitada nos nossos meios interessados. Explica-se o fenômeno em função, pura e simples, do progresso editorial entre nós.

As reedições particulares em que os mais destacados editores do país se vêm empenhando, como um sinal de que a volta ao passado, em literatura, é uma espécie de constante em todos os movimentos intelectuais do mundo, é que determinaram esse — vamos dizer — renascimento da questão. O Instituto encara, particularmente, esse ponto de suas atribuições, como uma das medi-

das diretas, que deverá tomar, com o auxílio das autoridades responsáveis, no sentido de firmar, de uma vez por todas, um sistema legislativo especial a respeito, defendendo, de melhor modo e com mais humanidade mesmo, a condição do escritor brasileiro.

Na apresentação de um próximo Regimento Interno do Instituto, que se prepara, pensa o diretor da organização oferecer à consideração das autoridades competentes, uma série de elementos, extraídos da observação direta da realidade, capazes de facilitar uma revisão completa do que temos a respeito, já em disposições do nosso Código Civil, já em decretos posteriores, nos quais a questão é encarada.

Boletim bibliográfico

Embora em sua fase de experimentação, apenas, o Instituto Nacional do Livro já pode apresentar, pelo menos, uma realização de vulto. Essa realização a que nos referimos é a publicação de seu *Boletim Bibliográfico*, que deverá aparecer por toda a primeira quinzena de outubro. Na opinião dos entendidos (no caso, poderíamos citar o nome do prof. Mario de Andrade, ex-diretor do Departamento de Cultura, de S. Paulo), só a publicação desse Boletim justifica, como contribuição utilíssima à cultura nacional, a criação do I. N. L. pelo Governo da República. De fato, como fonte de informação, como estatística, como ponto de referência necessário ao estudo de nosso progresso intelectual, um Boletim é sempre qualquer coisa de imprescindível. E, si considerarmos a dificuldade da elaboração de uma publicação semelhante, a carência de dados, e a vigilante pesquisa que o trabalho exige, haveremos de endossar, com entusiasmo, a opinião do autor de "Macunaima".

Estudado, pacientemente, desde o formato até o número de páginas, a escolha dos caracteres e a escolha das secções fixas de cada número, esse Boletim do Instituto do Livro nascerá de modo a constituir leitura de interesse geral, não se destinando, portanto, apenas aos bibliógrafos. Será, pois, uma autêntica revista de cultura, com informações preciosas de crítica sobre os autores de maior evidência no momento, etc.

Exposição do livro em Montevideu

Outra realização do Instituto, já palpável, uma vez que não constitui, somente, a perspectiva de um simples projeto, é a realização da mostra do